



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5043269-74.2018.4.04.7000/PR

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

APELANTE: LARISSA MACIEL FERREIRA (AUTOR)

ADVOGADO: DIOGO DALAZUANA DAYOUB (OAB PR092047)

APELADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR (RÉU)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO. BAIXO DESEMPENHO ACADÊMICO. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO RESTRITO AO EXAME DA LEGALIDADE.

1. O artigo 207 da Constituição Federal assegura às instituições de ensino superior autonomia que, em seus diferentes aspectos, consiste na liberdade gerencial e didática para a formatação de seus cursos e a execução de suas atividades (ensino, pesquisa e extensão), desde que voltada à produção de conhecimento livre de quaisquer restrições.

2. Não é dado ao Judiciário interferir nos critérios estabelecidos pela Universidade para avaliação dos estágios de seus estudantes, constituindo a discricionariedade, conferida pela Lei do Estágio, desdobramento de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

3. A exigência de desempenho acadêmico mínimo do estudante, para fins de validação de estágio curricular não obrigatório, no histórico escolar, não é ilegal, tendo em vista a necessidade de controle e estímulo ao regular desenvolvimento acadêmico dos alunos. Além disso, devem ser combatidos níveis injustificáveis de repetência e evasão, especialmente nos cursos oferecidos pelas universidades públicas, que são custeados com recursos públicos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 09 de junho de 2020.

Documento eletrônico assinado por **VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Desembargadora Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001641813v10** e do código CRC **b5a99b01**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

Data e Hora: 12/6/2020, às 10:23:48

5043269-74.2018.4.04.7000

40001641813.V10